



**CAROL DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024



JPPS Auditores Independentes S/S Ltda.

Avenida Paulista, 1471, cj 511 - 5º andar – Bela Vista

CEP 01311-927 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 4862-3707 e 99906-4522

home page: www.jppsauditores.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores da

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

SÃO PAULO - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião com ressalva

Com base nas informações recebidas dos advogados da Entidade, foi instaurado o seguinte inquérito policial, envolvendo a Carol DTVM Ltda., como segue:

Comunicação da Polícia Civil do Estado de São Paulo que noticiava a apreensão de USD 31.000 (trinta e um mil dólares) em poder de pessoa física que afirma ser sócio de empresa correspondente cambial da Carol DTVM Ltda.

Esclarece o advogado da Entidade que em relação ao assunto comentado, de natureza penal, não possui valor da causa e, portanto, não acarreta mudanças na esfera patrimonial da Entidade, em decorrência do resultado do processo.

Entendemos que os efeitos desse inquérito policial não acarretam ganho ou perda de valores em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 da Carol DTVM Ltda. Entretanto, essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Instituição.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos

independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Fiscalização

1 - A Instituição recebeu por parte da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Delegacia da Receita Federal em Brasília/Equipe Regional de Fiscalização de Fraudes Tributárias Receita Federal o TERMO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO FISCAL – TIPF Número do Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00-2023-00028-4 para coleta de informações.

2 - A Instituição recebeu por parte da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Delegacia da Receita Federal em Osasco/SP/Equipe de Fiscalização o TERMO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO FISCAL – DILIGÊNCIA FISCAL Número de Identificação do Procedimento Fiscal nº 08.1.13.00-2023-00045-7 para coleta de informações sobre fornecedores, clientes e operações com ouro ativo financeiro, instrumento cambial ou mercadoria. Períodos de referência: 01/2018 a 12/2019.

3 - A Instituição vem recebendo, do Banco Central do Brasil, Requisições de Informações e Documentos a serem respondidas, as quais encontram-se em processo de análise pelo Órgão Regulador.

Salientamos que as fiscalizações acima citadas se encontram em processo de análise.

4 - Em decorrência da necessidade imposta pela Decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal que em 02/05/2023 aprovou a medida cautelar concedida as ADIs nºs 7.273 e 7.345, determinando a suspensão da eficácia do art. 39, § 4, da Lei Federal nº 12.844, de 19/07/2013, onde trata da exclusão da autorização concedida as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários de comprar ouro com base no princípio da boa-fé. A Instituição participou de reunião em 28 de junho de 2023 juntamente com os auditores independentes e o Banco Central do Brasil - TERMO DE COMPARECIMENTO 65/2023, sobre a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos de controles internos, compliance e de gerenciamento de riscos inerentes a sua atividade de primeira aquisição de ouro em regiões de garimpo, realizadas por meio de postos de atendimento contratados para esse fim. Em função disso foi elaborado pelo auditor interno o Relatório de Autoavaliação e Plano de Ação elaborado pela Diretoria, onde consta o fechamento dos Postos de Compra de Ouro Bruto em regiões de garimpo, realizando apenas operações de ativo financeiro com pessoas físicas e jurídicas.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para os assuntos descritos no Parágrafo de Ênfase. Esse evento ou condição, embora indiquem a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional, a Administração da Instituição está empenhada em buscar soluções, visando a continuidade normal de sua capacidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o

Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025.

JPPS Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio

CRC 1SP 085.108/O-0

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 62.237.649/0001-88

BALANÇO PATRIMONIAL**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

(Em reais mil)

ATIVO	31.12.24	31.12.23
CIRCULANTE	4.766	5.170
DISPONIBILIDADES (nota 4)	4.257	3.380
OUTROS CRÉDITOS	96	43
Diversos (nota 5)	96	43
OUTROS VALORES E BENS	413	1.747
Ouro	413	1.747
NÃO CIRCULANTE	38	84
IMOBILIZADO DE USO (nota 6)	38	84
Outras Imobilizações de Uso	128	244
(-) Depreciações Acumuladas	(90)	(160)
TOTAL DO ATIVO	4.804	5.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ 62.237.649/0001-88

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

PASSIVO	31.12.24	31.12.23
CIRCULANTE	781	1.213
OUTRAS OBRIGAÇÕES	781	1.213
Sociais e Estatutárias	600	907
Fiscais e Previdenciárias	160	276
Diversas (nota 7)	21	30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.023	4.041
Capital	1.870	1.870
De Domiciliados no País (nota 8)	1.870	1.870
Reservas de Lucros - Reserva Legal	374	374
Reservas Especiais de Lucros	1.779	1.797
TOTAL DO PASSIVO	4.804	5.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ 62.237.649/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

	2º SEMESTRE	EXERCÍCIOS	
	31.12.24	31.12.24	31.12.23
RECEITA DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	882	2.038	1.821
Resultado de Operações com TVM - de Aplic. em Ouro	882	2.038	1.821
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	882	2.038	1.821
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(751)	(1.579)	(2.022)
Despesas de Pessoal (nota 9)	(187)	(505)	(629)
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	1
Outras Despesas Administrativas (nota 10)	(523)	(1.033)	(1.284)
Despesas Tributárias	(41)	(99)	(110)
Outras Receitas Operacionais	-	58	-
RESULTADO OPERACIONAL	131	459	(201)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	131	459	(201)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(25)	(104)	-
Imposto de Renda	(11)	(56)	-
Contribuição Social	(14)	(48)	-
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	106	355	(201)
Quantidade de cotas	1.870	1.870	1.870
LUCRO/(PREJUÍZO) POR COTA - R\$ 1,00	0,057	0,190	(0,107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ 62.237.649/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

	2º SEMESTRE	EXERCÍCIOS	
	31.12.24	31.12.24	31.12.23
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	106	355	(201)
Ajuste de exercícios anteriores			(123)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	106	355	(324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ 62.237.649/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em reais mil)

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros - Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01.07.24	1.870	374	2.045		4.289
Lucro do Semestre				106	106
Distribuição de Lucros			(372)		(372)
Reservas Especiais de Lucros			106	(106)	-
Saldos em 31.12.24	1.870	374	1.779	-	4.023
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(266)	-	(266)

Saldos em 01.01.24	1.870	374	1.797	-	4.041
Lucro do Exercício				354	354
Distribuição de Lucros			(372)		(372)
Reservas Especiais de Lucros			354	(354)	-
Saldos em 31.12.24	1.870	374	1.797	-	4.023
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(18)	-	(18)

Saldos em 01.01.23	1.870	374	2.571	-	4.815
Prejuízo do Exercício				(201)	(201)
Distribuição de Lucros				(450)	(450)
Ajuste de Exercícios Anteriores			(123)		(123)
Reservas Especiais de Lucros			(651)	651	-
Saldos em 31.12.23	1.870	374	1.797	-	4.041
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(774)	-	(774)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ 62.237.649/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

	2º SEMESTRE	EXERCÍCIOS	
	31.12.24	31.12.24	31.12.23
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do Semestre/Exercício	106	354	(201)
Depreciação	3	13	30
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(123)
Geração Bruta de Caixa	109	367	(294)
<i>(Aumento)/Redução nos Ativos</i>			
Outros Créditos	(46)	(53)	(12)
Outros Valores e Bens	2.988	1.334	(1.747)
<i>Aumento/(Redução) nos Passivos</i>			
Outras Obrigações	(3)	(432)	(1.141)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.939	849	(2.900)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Baixas do imobilizado	-	33	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	33	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Distribuição de Lucros	(372)	(372)	(450)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(372)	(372)	(450)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.676	877	(3.644)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.581	3.380	7.024
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.257	4.257	3.380
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.676	877	(3.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**CAROL DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

CNPJ 62.237.649/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **CAROL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** iniciou suas atividades em 09 de agosto de 1989 e tem por objetivo social possibilitar a condução de todos os atos permitidos em seu respectivo contrato social, entre os quais se referem as operações de compra e venda no mercado físico de metais preciosos e de negociação com títulos de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Banco Central do Brasil (BCB), consubstanciadas em Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, incluindo a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 do Banco Central do Brasil (BCB).

Algumas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foram aplicadas na apresentação das Demonstrações Contábeis de 31.12.2021, já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, sendo: a) CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN 4.144/12, b) CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN 3.566/08, c) CPC 03 – Demonstrações do fluxo de caixa – Resolução CMN 3.604/08, d) CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN 3.973/11 e e) CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes – Resolução CMN 3.823/09.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2025.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:**a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos em poder dos bancos e aplicações em reservas livres. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na nota 4.

c) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são reconhecidos pelo valor de realização incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável os encargos e as variações monetárias incorridas.

d) Imobilizado de Uso

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor agregado não ultrapassa o seu valor recuperável.

e) Provisão para ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

4. DISPONIBILIDADES

Itens	31/12/2024	31/12/2023
Bancos c/movimento	4	4
Reservas livres	4.253	3.376
Total	4.257	3.380

5. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Item	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos e antecipações salariais	9	7
IRPJ e CSLL a Compensar	51	-
Valores bloqueados	36	36
Total	96	43

6. IMOBILIZADO DE USO

Contas	Taxa de Depreciação Anual (%)	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	14	(14)	-	-
Móveis e Equipamentos	10	107	(69)	38	44
Equip.de Comunicação	10	6	(6)	-	-
Equip Processamento Dados	20	1	(1)	-	-
Veículos	20	-	-	-	40
Total		128	(90)	38	84

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Item	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Pessoal	21	30
Total	21	30

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 1.869.937 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado por quotistas domiciliados no país.

9. DESPESAS DE PESSOAL

Item	31/12/2024	31/12/2023
Honorários	151	260
Proventos	181	174
Benefícios	67	59
Encargos sociais	106	136
Total	505	629

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Item	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	120	184
Comunicações	4	9
Manutenção e conservação de bens	7	19
Processamento de dados	251	204
Seguros	1	1
Serviços sistema financeiro	20	13
Serviços técnicos especializados	452	441
Multas aplicadas pelo BACEN	-	200
Depreciações	13	30
Outras despesas administrativas	165	183
Total	1.033	1.284

11. PARTES RELACIONADAS

A Instituição não realizou operações de compra de ouro com os sócios.

12. RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional é definida como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23.02.2017 do Banco Central do Brasil, a Distribuidora instituiu a estrutura de gerenciamento capacitada para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

13. RISCO DE MERCADO

O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações nas cotações de mercado físico de metais preciosos é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas.

14. GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23.02.2017 do Banco Central do Brasil a instituição adota uma política de gerenciamento de capital mediante procedimentos que visam assegurar de modo abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

15. CONTINGÊNCIAS

A Instituição não possui contingências passivas cujo prognóstico de perda é provável, conforme informado pelos consultores jurídicos da instituição, e que requerem divulgação segundo a Resolução NBC TG 25(R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Conselho Federal de Contabilidade.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Por uma questão estratégica, a Diretoria da Instituição resolveu encerrar as atividades de compra e venda de ouro nos postos localizados nas cidades de Peixoto Azevedo - MT e Itaituba - PA. A Administração da Instituição está empenhada em buscar soluções, visando a continuidade normal de sua capacidade operacional.

17. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito. Não são esperados impactos contábeis da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 para esta Instituição.

Arnaldo Robles Filho

Diretor

Carlos Alberto de Souza

Contador CRC 1SP 178.715/O-0